1

2

1

Ata 06/2021

2 Aos vinte e seis dias do mês de maio de dois mil e vinte e um (26/05/2021), as
3 dezesseis horas, reuniram se nas dependências da Secretaria da Família e
4 Desenvolvimento Social, neste município, os membros do CMDCA-Conselho Municipal
5 dos Direitos da Criança e Adolescente para encontro extraordinário. Na ocasião, esteve
6 presente o senhor Álvaro Skiba Junior-Procurador Jurídico do município, que explicou o
7 motivo da reunião que é proceder encaminhamento de denuncia recebida, referente a
8 atuação de conselheiro tutelar deste município, conforme atendimento registrado sob o
9 N° 0027.21.000263-3/1, nesta Promotoria de Justiça, Senhor Álvaro iniciou com uma
10 previa da determinação expedida pelo Ministério , de expediente (digo) Procedimento
11 Administrativo, que trata de questão administrativa, situações que envolvem os
12 interesses de criança e adolescentes, que não foram devidamente acompanhadas pelo
13 Conselho Tutelar. Explicou também sobre o papel de cada instituição, sobre a
14 soberania do CMDCA, e a hierarquia dentro da “Rede de Proteção”. Segundo
15 recomendação do Ministério Público, cabe ao próprio CMDCA, restabelecer a ordem
16 quanto a conduta falha de Conselheiros Tutelares. O Conselheiro Alcione Closs, frisou
17 que as falhas de entendimento destes conselheiros tutelares ocorre porque os mesmos
18 não possuem formação técnica pois são eleitos pela sociedade, e que naturalmente
19 leva um tempo para assimilarem o que deve ser sua função. Ana Paula Dahmer
20 Pereira-psicóloga, lembrou de que muitas vezes a sociedade acaba por formalizar
21 denúncias diretamente ao fórum, por desconhecem a importância do CMDCA.
22 Segundo o senhor Álvaro, dever ser construído um trabalho de informação. Para que
23 aos poucos os procedimentos aconteçam de forma correta. Senhora Loiri Albanese
24 Moraes, Secretária da Família, sugeriu que seja construído um trabalho com mais
25 respeito entre o Conselho Tutelar e do demais órgãos da Rede de Proteção. Alvaro
26 sugeriu a construção e publicação de um fluxograma que formalize e regulamente o
27 atendimento as mais diversas situações que envolvem crianças e adolescentes. Outro
28 ponto levantado, foi com a relação as decisões do colegiado, onde muitas vezes os
29 conselheiros não favoráveis acabam por formular outro relatório, e as divergências
30 devem ser relatadas no mesmo relatório final. Kelly Cogo-assistente social falou sobre
31 o uso indevido dos veículos do Conselho Tutelar, para uso particular dos próprios
32 conselheiros. Ao final, ficou afirmado de deve ser aberta uma sindicância, por parte do
33 CMDCA, em resposta ao Ofício expedido pela Promotoria da Comarca de Capanema,
34 para apurar conduta dos conselheiros tutelares, podendo inclusive resultar em
35 processo administrativo. Concluindo, fica marcada reunião com os mesmos para a data
36 do dia vinte e oito deste para que sejam apurados os fatos, para explicar a necessidade
37 de entendimento por parte dos conselheiros tutelares. Também foi sugerido capacitar
38 famílias para o acolhimento de menores em situações mais delicadas, no caso da
39 destituição da “Casa Lar do Município de Santo Antonio do Sudoeste” que no momento
40 nos atende por convenio. No momento sem nada a acrescentar, encerro esta ata que
41 segue assinada por mim e pelos demais. Edineia Ines Schutz Schwenk (coordenadora
42 do CRAS), Jucieli da Silva, Alcione Roberto Closs, Dorvalina Pietrobon, Kelly Cristina
43 Cogo, Ana Paula Dahmer Pereira, Alvaro Skiba Junior, Loiri Albanese Moraes.

44

45

46

3